

PROPOSTA COMERCIAL

EMIÇÃO: 08/10/2026

INSTITUIÇÃO

Câmara de Vereadores de Venâncio Aires

CNPJ: 07.251.534/0001-30

SOLICITANTE

NOME: Tábita Nagel
E-MAIL: licitacao@venancioaires.rs.leg.br
WHATSAPP: 5137418003

DADOS DO TREINAMENTO

CURSO: REDES SOCIAIS: PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA REDES SOCIAIS NO SETOR PÚBLICO: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, VÍDEOS CURTOS E PADRÕES INSTITUCIONAIS PARA EXECUTIVO E LEGISLATIVO

CÓDIGO: **3026/1310***

DATA DE INÍCIO: 13/10/2026

DATA DE TÉRMINO: 16/10/2026

CARGA HORÁRIA: Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.

LOCAL: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354, Centro, Porto Alegre-RS

APRESENTAÇÃO

Boas práticas de comunicação pública, pauta e calendário de publicações, produção de textos e legendas com inteligência artificial, artes e peças no canva, edição e cortes no capcut, formatos de vídeos curtos, acessibilidade e linguagem simples, análise de alcance, engajamento, LGPD, LAI.

OBJETIVOS DO CURSO

Este curso é voltado a servidores, assessores, vereadores, secretários e equipes de

comunicação que produzem conteúdo digital para órgãos públicos.

Além de abordar boas práticas de comunicação pública, o curso trabalha pauta, calendário de publicações e produção de textos e legendas com inteligência artificial.

Ao longo do curso, são apresentadas aplicações práticas de Canva e CapCut, com foco em artes institucionais, edição de vídeos curtos e padronização visual.

Também se estudam acessibilidade, linguagem simples, análise de alcance e engajamento, bem como cuidados com LGPD, LAI.

Por fim, o curso oferece orientações objetivas para fortalecer a presença digital do Executivo e do Legislativo com mais estratégia, produtividade e segurança jurídica.

TEMÁRIO E PROFESSORES

ESTRATÉGIAS PARA UMA COMUNICAÇÃO PÚBLICA TRANSPARENTE E EFICAZ:

ESTRATÉGIAS PARA UMA COMUNICAÇÃO PÚBLICA TRANSPARENTE E EFICAZ:

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA:

Fundamentos comunicação pública;

Princípios da comunicação pública;

Os diferentes tipos de comunicação: verbal e não verbal;

Transparência, governo digital e acesso à

informação: tecnologias que favorecem a participação e o controle social;

Ferramentas digitais e plataformas de relacionamento com a sociedade (ex.: ouvidorias digitais, portais da transparência, serviços de informações ao cidadão, redes sociais);

Mídias tradicionais e mídias sociais;

Relacionamento com a imprensa e a mídia local;

Como as redes sociais transformaram a relação entre o Poder Público e os cidadãos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA:

Como criar um plano de comunicação para o Poder Público e para a divulgação da prestação de contas do mandato;

Definição de objetivos;

Conhecendo o público: principais interesses e formatos mais eficazes.

TIPOS DE CONTEÚDOS RELEVANTES

STORYTELLING DE DADOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORGANIZAÇÃO NAS REDES SOCIAIS:

Desenvolvimento de planos de ação para engajamento;

Organização eficiente do conteúdo nas plataformas.

PROCESSOS INTERNOS NA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:

Coordenação e integração de equipes para uma comunicação coesa;

Fluxos de trabalho eficazes.

PLANEJAMENTO EDITORIAL NAS REDES SOCIAIS:

Estruturação de pautas e cronogramas;

Gestão de conteúdo para otimizar o alcance.

PRINCIPAIS REDES SOCIAIS PARA O PODER PÚBLICO EM 2026:

Panorama das principais redes sociais, com destaques às mais utilizadas em pequenas cidades.

PRÁTICAS EXEMPLARES NAS REDES SOCIAIS:

Estudos de casos e análises de campanhas bem-sucedidas;

Ética e transparência nas interações online.

INSTRUTOR

Camila Batista

Graduada em Jornalismo, com ampla experiência em comunicação institucional e digital. Atuou como assessora de imprensa na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), repórter na TVAL e social media no Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Como estrategista digital na Cheers Comunicação e Conteúdo, foi responsável pela criação de campanhas, produção de conteúdos digitais e gestão de canais de YouTube por quatro anos. Além disso, exerceu a função de diretora da Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre (AJE-POA) por cinco anos e atuou como head de conteúdo digital em campanhas eleitorais. Atualmente, Camila é mentora, produtora de conteúdo e palestrante, compartilhando seu conhecimento e experiência na área de comunicação e marketing digital. No INLEGIS, ela ministra cursos voltados à comunicação estratégica e gestão de conteúdos digitais, capacitando profissionais para atuar com eficiência na comunicação pública e institucional.

APRIMORANDO A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL - ESTRATÉGIAS PARA AS REDES SOCIAIS DO PODER PÚBLICO EM 2026:

APRIMORANDO A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL – ESTRATÉGIAS PARA AS REDES SOCIAIS DO PODER PÚBLICO EM 2026:
 POSICIONAMENTO E TOM DE VOZ NAS REDES SOCIAIS:
 Construção de identidade digital para o Poder Público;
 Estratégias para manter um tom adequado em diversas situações.
 PROGRAMAÇÃO DE POSTAGENS
 PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DE QUALIDADE:
 ANÁLISE DE RESULTADOS E MÉTRICAS
 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO ONLINE:
 Facilitação de discussões construtivas;
 Realização de enquetes e pesquisas online;
 Feedback e resposta às preocupações da comunidade;
 Ajuste de estratégias com base em dados.
 ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS REDES SOCIAIS:
 Importância do atendimento online no Poder Público;
 Estratégias para proporcionar um serviço de qualidade.

TÉCNICAS PARA ATENDIMENTO DE QUALIDADE NO AMBIENTE VIRTUAL:

Abordagens para lidar com diferentes tipos de interações;
 Identificação e correção de falhas no atendimento.

GESTÃO DE IMAGEM E GESTÃO DE CRISES E CONFLITOS:

Gestão da imagem pessoal e institucional;
 Riscos de exposição negativa e estratégias de mitigação;
 Relacionamento com a imprensa, redes sociais e público externo;
 Comunicação aplicada à gestão de crises e conflitos.
 Técnicas de negociação para gestão de crises e conflitos;
 Linguagem não-violenta;
 Linguagem cidadã;
 Construção de consenso e acordos;
 Negociação em contextos políticos.

INSTRUTOR

Camila Batista

Graduada em Jornalismo, com ampla experiência em comunicação institucional e digital. Atuou como assessora de imprensa na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), repórter na TVAL e social media no Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Como estrategista digital na Cheers Comunicação e Conteúdo, foi responsável pela criação de campanhas, produção de conteúdos digitais e gestão de canais de YouTube por quatro anos. Além disso, exerceu a função de diretora da Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre (AJE-POA) por cinco anos e atuou como head de conteúdo digital em campanhas eleitorais. Atualmente, Camila é mentora, produtora de conteúdo e palestrante, compartilhando seu conhecimento e experiência na área de comunicação e marketing digital. No INLEGIS, ela ministra cursos voltados à comunicação estratégica e gestão de conteúdos digitais, capacitando profissionais para atuar com eficiência na comunicação pública e institucional.

ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE – APONTAMENTOS, JULGAMENTOS E ORIENTAÇÕES DO TCE/RS SOBRE TEMAS RELEVANTES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PÚBLICA:

ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE:

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS;
 TIPOS, CONSIDERANDO O MOMENTO DE SUA REALIZAÇÃO – PREVENTIVO,
 CONCOMITANTE E POSTERIOR;
 ESPÉCIES DE PROCESSO NO TCE/RS, DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL;
 RESPONSABILIZAÇÃO E SANÇÕES.

APONTAMENTOS, JULGAMENTOS E ORIENTAÇÕES EM RELAÇÃO:

AO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL:
 INCONSISTÊNCIAS ENTRE PPA, LDO E LOA;
 FALHAS NA DEFINIÇÃO DE METAS E INDICADORES;
 AUSÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO;
 PROGRAMAS SEM MENSURAÇÃO DE RESULTADOS.

À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL:

DESCUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS;
 FRAGILIDADES NA GESTÃO FISCAL;
 RENÚNCIA DE RECEITAS SEM ESTIMATIVA DE IMPACTO;
 CRIAÇÃO DE DESPESAS SEM DEMONSTRAÇÃO DA FONTE DE CUSTEIO.

À TRANSPARÊNCIA FISCAL:

FALHAS NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS;
 IRREGULARIDADES NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA;
 DESCUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO;
 NÃO-ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DO TCE/RS
 BOAS PRÁTICAS RECOMENDADAS PELO TCE/RS.

ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS E AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

INSTRUTOR

Caroline Turri

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE.

PALESTRA ESPECIAL: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O NOVO REGIME JURÍDICO E O STF - ANÁLISE DA LEI Nº 14.230/2021 E DAS DECISÕES RELEVANTES DO STF

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

RESERVA LEGAL

A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO MUNICIPAL

EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O ELEMENTO SUBJETIVO: DOLO ESPECÍFICO:

EXTINÇÃO DA MODALIDADE CULPOSA;

DEFINIÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO;

PROTEÇÃO AO AGENTE PÚBLICO;

ESTUDO DE CASOS CONCRETOS

TIPIFICAÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE

ADMINISTRATIVA:

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO:

PREVISÕES LEGAIS;

EXEMPLOS PARA MELHOR COMPREENSÃO DE ALGUMAS DAS

HIPÓTESES LEGAIS;

ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA.

PREJUÍZO AO ERÁRIO:

PREVISÕES LEGAIS;

EXEMPLOS PARA MELHOR COMPREENSÃO DE ALGUMAS DAS HIPÓTESES LEGAIS;

ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA.

ATENTADO CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

ROL TAXATIVO;

PREVISÕES LEGAIS;

EXEMPLOS PARA MELHOR COMPREENSÃO DE ALGUMAS DAS HIPÓTESES LEGAIS;

ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA.

SUJEITOS DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:

AGENTES PÚBLICOS;

PARTICULARES;

SÓCIOS, COTISTAS E COLABORADORES DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.

CONSEQUÊNCIAS / SANÇÕES PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

ASPECTOS PROCESSUAIS RELEVANTES:

LEGITIMIDADE PARA A PROPOSIÇÃO DA AÇÃO;

O PAPEL DA PESSOA JURÍDICA LESADA.

ENTENDIMENTOS RECENTES DO STF

DOLO ESPECÍFICO;

RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA;

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

PREVENÇÃO E BOAS PRÁTICAS NOS MUNICÍPIOS PARA EVITAR A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

INSTRUTOR

Thais Krahn

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

PROGRAMAÇÃO

Terça-feira:

11h – Credenciamento, Retirada de Material

14h00min – 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h50min: Turno de Aula

14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h50min: Turno de Aula

14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

08h30min – 10h30: Turno de Aula

11h: Entrega do Certificado.

PÚBLICO-ALVO

Destinado a todos os profissionais envolvidos na gestão pública municipal, incluindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores Públicos, Agentes Administrativos, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Secretários Municipais, Procuradores Jurídicos, Comissão de Orçamento, Comissão de Licitação, Pregoeiros, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Controladores Internos, Assessoria de Imprensa, Oficiais de Gabinete, telefonistas, recepcionistas, atendentes ao público, técnicos de informática, técnicos em contabilidade, servidores de Procons Municipais, Serviços Gerais e todos os demais profissionais do setor público municipal que buscam aprimoramento e atualização nos temas administrativos, jurídicos, e legislativos.

INVESTIMENTO

Número de participantes: 2

Valor individual: R\$ 1.590,00

Investimento total: R\$ 3.180,00

Validade da proposta: até 07/12/2026 (60 dias).

ATENÇÃO

O boleto será emitido com o valor do IRRF devidamente descontado.

O valor acima é o valor bruto, e o boleto será emitido com o valor já descontado o IRRF.

DADOS PARA EMPENHO

INLEGIS CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

CNPJ: 30.050.141/0001-80

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, Sala INLEGIS

CEP: 90010-240 - Centro - Porto Alegre-RS

E-MAIL: financeiro@inlegis.com.br

FONE: 51-3015-5809

DADOS PARA PAGAMENTO

PIX: 30.050.141/0001-80

Banco Bradesco

Agência: 0491

Conta: 0657370-3

Banco Número: 237

DADOS DA PROPOSTA

DATA DA PROPOSTA: 08/10/2026

VALIDADE: 60 dias — até 07/12/2026

INLEGIS

Consultoria e Treinamento para o Poder Público



Bernard Johann
INLEGIS